



O CARÁTER RESPONSIVO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM MATÉRIA AMBIENTAL NO BRASIL

Thainá Emmanuely da Silva Sousa¹, Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho²

Resumo: O direito ambiental é um tema que está intimamente ligado à sociedade, de modo que a forma como tem sido conduzida a sustentabilidade e integridade ambiental impacta no funcionamento do meio social unido as expectativas de conservação. O presente estudo buscou investigar a relação entre o papel do Supremo Tribunal Federal (STF) e a conduta responsiva em matéria de preservação do meio ambiente, por meio de controle de constitucionalidade para a garantia desses direitos. A temática abrange a influência do tribunal na gestão e defesa dos recursos naturais, assim, torna-se necessário compreender se os julgamentos realizados pelo STF podem ser considerados correspondentes a essa conduta. Partindo do questionamento: é possível afirmar que o STF apresenta conduta responsiva nos julgados em controle de constitucionalidade em materiais ambientais no recorte 2020-2024? A hipótese supõe a existência de um vínculo que possibilita condutas fundamentadas em princípios estabelecendo relação com a realidade brasileira. A estratégia metodológica utilizada foi o hipotético-dedutivo, ao tomar como ponto de partida a ideia da função essencial desempenhada pelo STF em amparar os direitos ambientais, com uma pesquisa qualitativa e exploratória utilizando a interpretação e estudo histórico das decisões. Conclui-se que o Supremo Tribunal Federal vem consolidando posicionamento coerente e firme na atuação da Suprema Corte a fim de proporcionar a defesa da conservação ambiental com base em seus poderes constitucionais, de modo a estabelecer harmonia entre a sociedade e o bem-estar coletivo, em conformidade com a preservação ambiental. A relação entre o STF e a conduta responsiva demonstra um papel significativo na luta contra o desgaste do meio

¹ Universidade Regional do Cariri, integrante do Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico (LACÔNICO), pesquisadora da Linha 02 Controle de constitucionalidade enquanto arena para o diálogo institucional na solução de Conflitos constitucionais socioeconômicos. thaina.silva@urca.br

² Universidade Regional do Cariri, Professor do Departamento de Direito, pesquisador-coordenador do Laboratório de análise de conflito constitucional socioeconômico – LACÔNICO/URCA, pesquisador do Grupo de estudos e pesquisas em Direitos humanos fundamentais – GEDHUF/URCA, pesquisador do Grupo de Análise de Políticas Públicas Intersetorial – GAPPI/UFRN. djamiro.acipreste@urca.br

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVENBRO de 2025

Tema: "UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030"



ambiente ao fortalecer princípios fundamentais, reduzir o risco de uso indevido dos recursos naturais e contribuir para o aprimoramento das redes institucionais.

Palavras-chave: Matéria ambiental. Supremo Tribunal Federal. Caráter Transindividual. Controle de Constitucionalidade Responsivo.

Agradecimentos:

Agradeço o apoio e incentivo do Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico (LACÔNICO).